

CEDI - P. I. B.
DATA 20 / 11 / 86
COD. TAD 06

Estã em jogo, estes dias, a sobrevivência de um povo. Os Tapirapê, tribo tupi que vive no Nordeste de Mato Grosso (município de Santa Terezinha), e que já foram 1.500 indivíduos, por volta de 1900, reduzidos a cinco dezenas em 1952 e hoje com uma população crescente que passa das 180 pessoas, lutam por essa sobrevivência, reivindicando a demarcação de uma parte da terra de seus ancestrais, suficiente para que possam viver e trabalhar, mantendo sua identidade, suas tradições, sua língua, sua organização social e econômica e sua cultura própria.

Por outro lado, a Funai - Fundação Nacional do Índio - órgão encarregado de tutelar as populações indígenas no Brasil - após quase dez anos de engodos e protelações, está forçando, inclusive com coação de policiais militares, a que os Tapirapê aceitem uma demarcação lesiva a seus interesses, com limites que têm sido rejeitados por todos os integrantes da tribo.

#### POLITICA REPRESSIVA DA FUNAI

"Ordens do Governo", disse o presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga a seis líderes Tapirapê que estiveram dia 29 de julho em Brasília, para cobrar a demarcação cuja conclusão a Funai prometera para 30 de julho deste ano. Estas "ordens do Governo" determinariam que os Tapirapê perdessem uma área que a fazenda Tapiraguaia invadiu para formar pastos e outra, ainda maior, onde se encontram 13 famílias de posseiros. O coronel Nobre da Veiga argumentou (cf *O Estado de S. Paulo*, 30-7-81, pág. 13), inclusive, que seriam aumentados dois mil hectares de outro lado. Os Tapirapê foram obrigados a lembrar ao coronel, dia 29, que os dois mil hectares oferecidos por ele não são propriamente terra, mas alagados e o rio Araguaia.

Por trás das "ordens do Governo", está a ambição da fazenda Tapiraguaia, cujos donos, os empresários paulistas José Augusto Leite de Medeiros e José Carlos Pires Carneiro, compraram glebas na região a partir de 1961, incluindo na compra o Posto Indígena Heloísa Torres, criado em 1945 para atender aos Tapirapê, e a aldeia e as terras dessa tribo e de um grupo Karajã situado na foz do rio Tapirapê. Em 1964, chegou à área os primeiros posseiros e, em junho de 1966, a Tapiraguaia começa a instalar sua sede. Um ano depois, os donos Tapiraguaia tentam enganar os Tapirapê, "doando-lhes" uma área de 9.230 hectares, que os índios, naturalmente, não aceitam.

Desde essa época, os Tapirapê preocuparam-se com a demarcação de suas terras. Após sucessivas propostas de demarcação da área, respondidas pela Funai com descaso ou ameaças, os Tapirapê resolvem, em dezembro de 1977, demarcar sua reserva por conta própria. Trabalham dois meses na picada demarcatória, interrompendo o serviço devido às chuvas e concluindo-o em setembro de 1978. Cresceram, então, as pressões da Tapiraguaia, diretamente por seus proprietários e prepostos, ou por meio da Funai.

O presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga, argumentou, dia 29 último, que não poderia "desapropriar" os pastos que a Tapiraguaia formou na área indígena, porque isto significaria um desembolso de Cr\$ 20 milhões de indenização. Igualmente, os posseiros não poderiam ser retirados, pois não haveria como indenizá-los. Esquece-se o coronel presidente que, por determinação expressa da Constituição Federal (Art. 193), não cabe indenização aos que invadem áreas indígenas. Esse princípio, aliás, sempre foi respeitado pela Funai, antes da gestão de Nobre da Veiga, e foi recentemente violado por este mesmo coronel, que indenizou os proprietários da Fazenda Xavantina, encravada na área xavante de Parabubure, município de Barra do Jaraguá, MT.

O que pretende o coronel Nobre da Veiga? A que interesses ele serve? Aos Índios, seguramente, não. Como explicar seu afã por demarcações de áreas de tensão, nas quais, todavia, a Funai sempre toma o partido dos invasores, ludibriando os Índios, pressionando-os para que aceitem migalhas, "doadas" pela "liberalidade" do governo? Vemos aí uma semelhança entre a atuação da Funai e a do Getat - Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins. Este órgão, subordinado ao Conselho de Segurança Nacional, foi criado segundo se anunciou, para regularizar a situação fundiária numa tensa área da Amazônia Legal. E está cumprindo sua missão; só que ao invés de legalizar as ocupações dos posseiros, está expulsando-os para expulsar os grileiros e grandes fazendeiros.

#### PRESENÇA DA MISSÃO

No encontro dos líderes Tapirapê com a cúpula da FUNAI, dia 29 último, em Brasília, o Cel. Nobre da Veiga tentou induzir os Índios a dizerem que estavam sendo "instruídos" pela Missão Religiosa que atua naquela aldeia. A resposta dos Tapirapê foi muito digna: "A gente pensa pela nossa cabeça. Vocês gostam de dizer que é a Missão que dá conselho pra gente. Mas eu penso assim também de vocês: a FUNAI está seguindo a cabeça de quem? Da Fazenda?"

Queríamos dizer uma palavra sobre as Irmãzinhas de Jesus, Missionárias que há trinta anos vivem e trabalham entre os Tapirapê, merecendo o reconhecimento e o aplauso de antropólogos do mundo inteiro, por sua atuação de profundo respeito à cultura indígena. A Missão não está "insuflando" os Índios. Pelo contrário: ela deseja, como os Índios uma solução harmoniosa e pacífica. Mas ela não pode concordar com uma proposta repudiada unanimemente pelos Tapirapê. Se ela não apóia a atual proposta de demarcação é estranha as pressões que se fazem sobre os Tapirapê é porque essa é a posição dos Tapirape. Assim como elas partilham com a tribo toda a vida - o trabalho na roça, os alimentos, a angústia das doenças, o tratamento da saúde, a educação escolar etc. - da mesma forma elas só podem ficar ao lado das decisões do grupo no que diz respeito a seu bem mais importante: a terra.

Qual será o crime: estar ao lado dos Índios, defendendo os direitos essenciais que eles reivindicam, ou colocar-se contra eles, defendendo os interesses dos

latifundiários gananciosos a quem a FUNAI serve como intermediária ?

O CIMI, nesta hora, se solidariza com o Povo Tapirapê em sua luta em defesa da terra, e se une incondicionalmente à Missão que está, em nome da Igreja Missionária, ao lado da comunidade indígena. Conclamamos também a opinião pública a manifestar igualmente seu apoio a esta causa de dramática urgência.

Goiânia, 6 de agosto de 1981

D. Tomás Balduino - Vice Presidente do CIMI

Os Tapirapê tribo tupi que a habita a região do Rio Tapirapê, nordeste de MT, encontram-se ameaçados de perder uma parte da pequena área que lhes restou.

Em 1900, segundo o antropólogo Charles Wagley - e conforme o depoimento de vários índios Tapirapê ainda vivos - havia seis aldeias desse Povo.

Segundo esse mesmo antropólogo (cf. Wellcome of Tears, pág. 32) a população Tapirapê seria entre 1000 e 1500 pessoas. As aldeias se situavam uma após outra no rumo norte, sendo que a última - Anapatawa - ultrapassava a atual divisa Mato Grosso-Pará. O habitat primitivo do Povo Tapirapê abrangia, portanto, uma área bem extensa.

Ocorreu, porém uma depopulação rápida e calamitosa. Em 1935, Herbert Baldus só encontrou 130 Tapirapê. Vitimados pelas epidemias levadas pelos primeiros brancos, que começaram a subir o rio Tapirapê a partir de 1909, Baldus calculou, em 1947 que todo o povo Tapirapê não chegaria a 100 indivíduos ( Tapirapê, Tribo tupi no Brasil Central, pág. 75) .

Esses remanescentes se dispersaram pelo rio Tapirapê a partir de agosto de 1947, depois de um ataque dos Kaiapô, seus tradicionais inimigos. Só em 1949 foram reagrupados, formando-se uma nova aldeia, na foz do rio Tapirapê, junto ao Posto Indígena Heloisa Torres (fundado em 1945 para atender os Tapirapê).

Em 1954, a CIVA - Companhia Imobiliária do Vale do Araguaia - obtém a concessão de uma área extensa em que estão incluídos não só as aldeias dos Tapirapê e dos Karajá, como também o próprio Posto Indígena Heloisa Torres. (Cf. Roberto Cardoso de Oliveira, "Asituação Atual dos Tapirapê" - Museu do Índio - Belém).

A partir de 1964, começam a chegar os primeiros posseiros ocupando áreas bem próximas à aldeia dos Tapirapê.

A Fazenda Tapiraguaia começou a se instalar na região a partir de junho de 1966 - conforme depoimento escrito das Irmãzinhas de Jesus, Missionárias Católicas que vivem com os Tapirapê desde 1952.

A 20 de julho de 1967, houve uma "doação" de 9.230,32 ha, feita pela companhia Tapiraguaia aos Tapirapê, essa "doação", porém, se deu à revelia dos Tapirapê. Quem assinou a "doação" como pretense representante dos Tapirapê foi o Sr. Ismael da Silva Leitão, Chefe da 89 Inspetoria Regional do SPI.

Os Tapirapê não aceitaram essa "doação" e preocupados com o desmatamento cada vez maior feito pela Tapiraguaia, iniciam a 4 de fevereiro de 1968, pela primeira vez a picada demarcatória da área necessária à sobrevivência deles.

Por quatro vezes foram enviadas propostas de demarcação de área tanto ao SPI como à FUNAI pela Missão Tapirapê. Nunca se obteve Resposta. A quinta tentativa, a 25 de novembro de 1974, foi encaminhada pela assessoria de Terras do CIMI.

E a partir de 1975 se intensificam os conflitos. Os Tapirapê viajam inúmeras vezes a Brasília. Várias comissões da FUNAI vêm até a aldeia.

A 27 de outubro 1976 são ameaçados de transferência para a Ilhado Bananal pelo então diretor do DGO - Departamento Geral do Operações - da FUNAI, Francelino Van Der Broocke.

Até que, em novembro de 1977, os Tapirapê, cansados de tantas promessas e estimulados pelo apoio da Assembléia de Chefes Indígenas, realizada em sua aldeia em agosto desse mesmo ano, partem para fazer a picada definitiva de suas terras com a ajuda de um agrimensor. Trabalham de dezembro de 1977 a janeiro de 1978. Como era época de chvas tiveram que esperar até setembro para concluir a parte final da picada, pois essa região é alagada pelo rio Araguaia.

Pensavam os Tapirapê, que, finalmente, com a picada pronta, a FUNAI lhes daria o documento definitivo da área. Pois a FUNAI sempre alegava que não havia verba suficiente para demarcar a área. Mas a esperança foi em vão.

A Tapiraguaia não respeita a picada dos Tapirapê e continua colocando gado dentro da área já demarcada.

Em janeiro de 1980, eles dão prazo até o dia 6 desse mês para que a Fazenda retire o gado do pasto. Vencido o prazo, no dia 14 eles vão até o pasto e matam duas cabeças de gado.

A reação da FUNAI foi imediata. No dia seguinte chegou um avião de Brasília. A seis de fevereiro houve uma reunião na aldeia Tapirapê com a presença de um dos donos da Tapiraguaia (Sr. José Carlos Carneiro) e o Gerente Sr. Hélio; pela FUNAI o Sr. Antonio Pereira Neto. A FUNAI faz intensa pressão para que os Tapirapê entreguem os pastos para a Companhia.

A 11 de outubro de 1980 nova reunião, com Maria Auxiliadora, antropóloga da FUNAI, mais representantes da Fazenda (Sr. José Augusto Medeiros) e os Tapirapê que ficam firmes e não cedem a área dos pastos.

A treze de janeiro de 1981, alarmados com uma notícia de que o presidente da FUNAI havia entregue a área para a companhia, eles vão até o pasto e matam sete reses. No dia seguinte chega o sr. Temponi, atual diretor do Parque Indígena do Araguaia, e leva quatro líderes a Brasília onde há no dia 22 de janeiro uma reunião com a presidência da FUNAI, que se compromete a demarcar a área Tapirapê até o dia 30 de julho do mesmo ano.

Os meses se passam e nada. Em maio vai à aldeia uma comissão da FUNAI (DGPI), Essa comissão queria saber o que realmente os Tapirapê reivindicavam. eles se mantêm firmes quanto ao pasto. Marcam prazo até maio de 82 para a retirada dos posseiros. Essa comissão amplia a área de pesca ao sul da área já demarcada designando-a como área Karajã.

No dia 15 de julho chega o Sr. Temponi, que apresenta a proposta da FUNAI: os Tapirapê entregar não só a área dos pastos, mas também a área ocupada pelos posseiros. Diz ele que essa proposta vem de órgãos acima da FUNAI, vem do próprio Ministério do Interior. Ninguém aceita.

A 28 de julho, seis líderes Tapirapê vão a Brasília. Reúnem-se com a presidência da FUNAI no dia 29. Nessa reunião estão presentes, além do presidente, o Cel. Zanoni, o Cel. Pagano, Inimar, da DGPI, e Laércio, assessor do Sr. Temponi.

Segundo relato dos Tapirapê:

- A FUNAI falou muito duramente com eles.

- A FUNAI quer que eles aceitem essa proposta. Se aceitarem, a demarcação sai na hora. Se os Tapirapê brigarem ou atacarem a Fazenda, a FUNAI mandará a Polícia para a área.
- Se morrer algum índio, a FUNAI não fará nada.
- A FUNAI está sendo mandada pelo Governo.
- A área dos Tapirapê, segundo a FUNAI, ficaria assim mesmo, grande, por causa da ampliação da área alagada ao sul.
- Os posseiros não podem ser retirados pois não têm para onde ir e o INCRA não tem terra para lhes dar.

ÚLTIMA HORA: dia 3 de agosto, foi observado que a Fazenda Tapiraguaia estava Cheia de policiais.

5 de agosto de 1981

ABAIXO ASSINADO

As entidades - antropológicas, sociais e eclesiais - abaixo-assinadas, queremos manifestar perante a opinião pública do Brasil e do mundo nossa irrestrita solidariedade com o povo Tapirapê, à beira do rio Araguaia, no norte do Mato Grosso.

A Terra que o povo Tapirapê reivindica é sua de pleno direito e foi até por eles demarcada com agrimensor. Por isso rejeitamos, como sendo uma solução genocida, a decisão do Governo Federal através do Ministério do Interior, de entregar parte dessa terra à fazenda "Tapiraguaia" do Grupo Medeiros de São Paulo e assentar definitivamente dentro dessa área indígena algumas famílias de lavradores.

Essa imposição arbitrária, violenta frontalmente o direito anterior, garantido pela Constituição Brasileira e pelo Estatuto do Índio, que o povo Tapirapê possui sobre a Terra do seu habitat de sobrevivência física e cultural.

Goiânia, GO., 10 de agosto de 1981.

CIMI

Comissão Ilha do Bananal

CPT

Prelazia de São Felix - Araguaia

Diocese de Goiás

Sociedade Brasileira de Indigenistas

Comissão Pro-Índio - São Paulo

~~SIEDI~~

Comissão Parque Ianomami

ABA - São Paulo

Centro de Trabalho Indigenista - São Paulo

Grupo de Apoio ao Índio

Comissão Justiça e Paz - Goiania

Arquidiocese de Goiania

Comissão Nambiquara